

# Organizações Cooperativas e suas principais participações nos **Estados Brasileiros**

(1995-2007)

*Cooperative Organizations and  
their main participation in the  
Brazilian States (1995-2007)*

Organizações Cooperativas e suas principais participações nos Estados Brasileiros (1995-2007)  
*Cooperative Organizations and their main participation in the Brazilian States (1995-2007)*

Patrícia Estanislau<sup>1</sup>  
Paulo Roberto Santana Borges<sup>2</sup>

## Resumo

O desenvolvimento econômico regional, quando visualizado no desenvolvimento endógeno faz do indivíduo a principal peça do desenvolvimento local. As cooperativas auxiliam na alocação destes atores do processo de desenvolvimento, quão cooperados e assalariados. Deste modo o capital social incorpora-se nas relações. Este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição das cooperativas no desenvolvimento regional dos Estados brasileiros, através do número de empregos diretos fornecido pela Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, Produto Interno Bruto brasileiro e cooperativo, faturamento das cooperativas e a diferenciação de IFDM entre municípios com e sem cooperativas para o período de 1995 á 2007. Metodologicamente utilizou-se pesquisa bibliográfica e estatística comparativa dos dados quantitativos. Como resultado, há acréscimo de 4.509 cooperativas e 100.500 empregos no Brasil sendo a média do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM maior nos municípios com cooperativas. Portanto, as cooperativas geram empregos e atuam socialmente nas localidades.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Endógeno; Cooperativismo; Emprego.

## Abstract

The regional economic development, when viewed in the endogenous development turns the individual into the centerpiece of local development. Cooperatives help in the allocation of these actors in the development process, as members and employees. Thus, social capital incorporates itself in the relations. This work aims to analyze the contribution of cooperatives to regional development of Brazilian states through the number of direct jobs provided by the Annual Social Information - RAIS, Brazilian Gross Internal Product and cooperative, the cooperative sales and the differentiation among municipalities with IFDM and without cooperatives for the period between 1995 to 2007. Methodologically, we used literature and comparative statics of the quantitative data. As a result, there is an increase of 100,500 jobs and 4,509 cooperatives in Brazil and the average of the Municipal Development Index Firjan - IFDM higher in municipal cooperatives. Therefore, cooperatives generate jobs and social work in the places.

**Keywords:** Endogenous Development; Cooperativism; Jobs.

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisadora da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. E-mail: patiestanislau@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná. Professor da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. E-mail: paulorsb@yahoo.com.br.

## Introdução

O objetivo deste artigo é avaliar os impactos da contribuição das atividades cooperativas no desenvolvimento regional dos Estados brasileiros. Para tal será verificada a participação das cooperativas em relação ao Produto Interno Bruto - PIB, seu faturamento nos últimos anos, número de empregos diretos gerados pelas cooperativas, sua influência na renda *per capita* domiciliar e a diferenciação através de indicador socioeconômico, nos municípios das Unidades Federativas brasileiras com e sem cooperativas.

O estudo sobre a importância das cooperativas nos Estados se faz necessária dado ao surgimento cada vez mais intenso dessas associações e a crescente adesão de indivíduos inserindo-se nelas na condição de cooperados ou empregados. Em ambos os casos há inserção deles no mercado de trabalho ou qualificação laboral, havendo adicionalmente elevação do capital social da região.

Fez-se o uso de pesquisa bibliográfica e estatística descritiva. Assim se examinará dados das cooperativas, tais como, total de ramos, total de cooperados, empregos diretos e a participação das mesmas no emprego formal total de cada Estado, partindo da hipótese da alteração do número de postos de trabalho no período de 1995 a 2007. O ano-base para a distinção dos Índices de Desenvolvimento Econômico para Estados será o ano de 2005.

No referencial teórico será analisado o desenvolvimento econômico, bem como o desenvolvimento regional dentro da perspectiva de desenvolvimento endógeno, com breve visão sobre capital social e o cooperativismo. Após, mostrar-se-

O desenvolvimento endógeno retém a atenção na regionalidade contribuindo para a redução de desigualdades regionais, que servem como instrumento de políticas públicas para correção dessas distorções.

Pesquisa bibliográfica e estatística descritiva.

á o número e a participação das cooperativas, ramos, empregos gerados no período de 1995 a 2007 a critério de resultados, bem como à inserção do contexto das cooperativas, dentro do enfoque do desenvolvimento regional endógeno e do capital social, logo após, serão apresentadas as discussões sobre os dados estatísticos e a conclusão.

## 2 Referencial Teórico

A visão de Oliveira (2007) sobre a teoria do desenvolvimento endógeno é que as regiões mais desenvolvidas do País, quanto mais apropriadas à infraestrutura para concepção de capital humano, apresentam-se com as maiores possibilidades de atração de empreendimentos ou sucesso desses no local e/ou região escolhida para sua instalação.

O desenvolvimento endógeno retém a atenção na regionalidade contribuindo para a redução de desigualdades regionais, que servem como instrumento de políticas públicas para correção dessas distorções. Responde a questões sobre o crescimento variado entre regiões e nações, mesmo dispondo das mesmas condições na busca de fatores produtivos. Alguns fatores tais como: o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições quando originados dentro da região e tendo esses fatores ou direcionando-os, poderia desenvolvê-los internamente, adquirindo condições de atingir o desenvolvimento acelerado e equilibrado (SOUZA FILHO, 2005).

Boisier (1989) coloca a comunidade como ator principal. Ela tenderá a estabelecer prioridades do desenvolvimento regional e suas propostas deverão ter dimensões sociais e políticas. O desenvolvimento regional depende do conjunto destes elementos: da participação da região no uso de recursos nacionais, do símbolo e dimensão da colisão da política econômica sobre a região e capacidade de organização social em manter o crescimento em longo prazo.

As cooperativas possuem três características essenciais: gestão, propriedade e repartição das sobras do exercício.

Souza Filho (2005) identificou que essas cooperações não desencadeiam o processo econômico, mas faz as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios e oportunidade. Deve também procurar manter e ampliar o estoque de capital social em sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e a abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais.

Nesse sentido Lima (2004) ilustra que as cooperativas são formas alternativas de empresas capitalistas. Seu trabalho autogestionário possibilita o uso da força de trabalho, permitindo a redução dos custos e aumentando a competitividade das empresas.

Singer (2004) diferencia o desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento solidário. O primeiro é realizado sob a propriedade do capital e adaptado às virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo. Já o segundo é o efetivado por comunidades de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, com valores da cooperação e ajuda mútua entre pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados.

Schneider (2004) caracteriza o cooperativismo como uma doutrina que considera as cooperativas como forma ideal de organização da humanidade, baseado na economia solidária, democracia, participação e direitos e deveres iguais para todos, sem discriminação de qualquer natureza, para todos os sócios. A cooperativa é uma união voluntária de pessoas com a finalidade de satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido. Sendo um meio para que um determinado grupo de indivíduos atinja objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca.

Quanto aos princípios doutrinários do cooperativismo, de acordo com Veiga e Fonseca (2001) se destacam a adesão voluntária e livre, a gestão democrática e a participação econômica dos membros, a autonomia e independência, educação, formação e informação cooperativista e a intercooperação e o interesse pela comunidade.

Os mesmos autores demonstram que a sociedade cooperativa funciona democraticamente. Seu principal objetivo é a prestação de serviços aos associados, chamados de cooperados, que são donos e usuários, com direito a um voto (correspondente a uma cota parte) nas Assembleias Gerais (órgão máximo de uma cooperativa) e que cada cooperado decide as deliberações, tomadas pertinentes à empresa cooperativa. Logo após, as Assembleias Gerais hierarquicamente, tem-se Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal.

A quota parte não pode ser transferida a terceiros e quando a cooperativa no final do exercício contábil auferir lucros, este retorna proporcionalmente, em relação as operações de cada cooperado. As cooperativas são abertas à participação de novos associados. Defendem preços justos, promovem integração entre cooperativas e estabelece um compromisso educativo, social e econômico.

As cooperativas possuem três características essenciais: gestão, propriedade e repartição das sobras do exercício. Segundo Zylbersztajn (1994) o cooperativismo está fundamentado em questões de solidariedade, igualdade, democracia e fraternidade, objetivando o apoio e a prestação de serviços a seus associados como empresa social.

No que tange a organização cooperativa, Bialoskorski Neto (2007) compreende esta, como tendo o objetivo de distribuir resultados às chamadas "sobras" aos seus membros, em dinheiro, no final do período contábil, demonstrando assim transparência para o associado, que pode visualizar o comportamento econômico da cooperativa. Outramente pode ser objetivado resultados econômicos, que são disseminados aos associados em forma de melhores preços de aquisição ou venda dos produtos, em forma de prestação de serviços de assistência técnica e outros.

As cooperativas vistas como empresas, exercem duplo sentido, quanto ao mercado, atuando com igual competitividade quanto às demais empresas não cooperativadas e obedecem às mesmas regras, porém, com objetivos diferentes por força das próprias características ideológicas.

Em seu trabalho Silva e Holz (2008) demonstram que, o cooperativismo não visando o lucro, satisfaz às necessidades do grupo que dele faz parte, com promoção de bens e serviços a custos menores, gerando um melhor bem-estar social. Em relação ao excedente das transações que é investido e aplicado em seu local de atuação, permitindo assim uma melhor distribuição de renda e riqueza, que é transformado em bens e serviços, de acordo com o ramo da cooperativa, a custos mais acessíveis.

Na cooperativa há integração conjunta entre os membros, o que visa à participação cooperativa e se recusa à competição entre si. Existe uma igualdade entre os participantes. O objetivo máximo dos sócios é propiciar trabalho e renda a quem precisa para difundir no país de modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas (SINGER, 2002).

Segundo estudo desenvolvido por Oliveira, Delgado e Oliveira (2008) algumas cooperativas ajudam a construir e reproduzir capital social e reforçam o desenvolvimento da economia solidária. Pois atuam na perspectiva de ajudar a minimização do desemprego e a exclusão social e ao se articularem umas com as outras.

Na concepção de Schneider (2004) as cooperativas podem contribuir para melhora das questões sociais regionais, gerando empregos, desfazendo a concentração de riquezas. E se houver concentração nas cooperativas, isto não resultará em exclusão, haverá sim uma integração/concentração da empresas que representa milhões de coproprietários cooperativados. É um processo que reforça as condições para uma melhor redistribuição da renda e das oportunidades.

De acordo com o trabalho por Montaldi *et al.* (2004), as cooperativas permitem extensão de consumo e investimento aos associados. Isto causa benefícios, pois injetam, de forma direta e indireta, recursos na economia local, implicando no seu desenvolvimento.

As cooperativas podem ser concebidas com inúmeros fins desde que respeitados os princípios cooperativistas. Hoje no Brasil, se desdobram em 13 ramos, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)<sup>1</sup> (2009): Agropecuário (composto de produtores rurais);

Consumo (dedicadas à compra de artigos de consumo para seus cooperados); Crédito (destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados); Educacional (composto por profissionais autônomos, para prestarem ou contratarem serviços educacionais); Especial (constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas, ou que tenham algum grau de deficiência, ex-condenados, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em situação familiar difícil econômica, social ou afetiva, visa à inserção no mercado de trabalho desses indivíduos); Habitacional (objetiva à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social, podendo contratar ou fornecer serviços); Infra-estrutura (seu quadro social atende com serviços essenciais, como energia e telefonia); Mineral (sua finalidade é pesquisar, extrair, lavrar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais); Produção (são dedicadas à produção de bens e produtos, quando detenham os meios de produção, no entanto a matéria-prima advir de terceiros); Saúde (dedicam à preservação e promoção da saúde humana, podendo contratar ou fornecer serviços); Trabalho: (tem a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma); Transporte (criado pela OCB em 30 de abril de 2002 é composto pelas cooperativas que atuam no transporte de cargas e passageiros); Turismo e lazer (criado pela OCB no dia 28 de abril/2000, composto pelas cooperativas que prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria); Outro (Composto pelas cooperativas que não se enquadram nos ramos citados anteriormente).

Nos 13 ramos do cooperativismo brasileiro são encontrados incalculáveis os exemplos de impulso à economia das comunidades, de bom emprego das vocações locais e de superação de crises econômicas ou de problemas climáticos (BRASIL, 2006).

### 3 Evolução das Cooperativas e total de empregos no Brasil

A participação do cooperativismo no PIB brasileiro é notável. Sua participação das cooperativas no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e o PIB do cooperativismo, considerando os valores nominais, praticamente apresentaram a mesma evolução, já que sua variação foi em torno de 80%.

<sup>1</sup> Órgão Máximo, das cooperativas no país que reúne as OCEs (Organizações das Cooperativas Estaduais) e é integrante da OCI América (Organizações das Cooperativas da América Latina) e da OCI (Organizações das Cooperativas Internacionais).

Essa participação na economia brasileira foi crescente no período conforme Tabela 1, o que incrementou o faturamento do cooperativismo perante às transações brasileiras.

**TABELA 1 - Participação do Cooperativismo no PIB Brasileiro**

| Item   | 2002  | 2003  | 2004  | 2005  | 2006  | 2007  |
|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| PIB Brasil (R\$ trilhões)                            | 1.256 | 1.543 | 1.669 | 1.938 | 2.118 | 2.262 |
| PIB do cooperativismo (R\$ bilhões)                  | 70    | 86    | 93    | 108   | 118   | 126   |
| PIB - Participação do Cooperativismo/ brasileiro (%) | 5,57  | 5,58  | 5,58  | 5,87  | 5,94  | 6,01  |

FONTE- OCB (2009)

O faturamento das cooperativas brasileiras entre 2002 e 2004 apresentou uma elevação de 56,96%, o equivalente a R\$ 23,58 bilhões. Já entre 2004 e 2005 teve uma queda em torno de R\$ 4 bilhões (-6,22%). Mas, voltou a crescer em 2006, ultrapassando R\$ 70 bilhões em 2007. Pode-se dizer que esse faturamento foi crescente em quase todo o período, exceto em 2005. O faturamento das cooperativas tem acompanhado o crescimento do PIB brasileiro, conforme demonstrado na Tabela 2.

Segundo a OCB (2009) as cooperativas do ramo agropecuário tiveram especial participação no faturamento do sistema 2007, gerando R\$ 60 bilhões, o que corresponde a expressivos 83% do total o que indica sua importância para o sistema cooperativista e econômico do país. Pode-se concluir que grande parte desse faturamento é proveniente das movimentações monetárias de exportações ou do agronegócio dessas cooperativas.

Acredita-se que com o faturamento crescente, visto os princípios cooperativistas (gestão, propriedade e repartição) são comprovados na prática. Como nas Assembleias Gerais é decidido e distribuída as sobras do exercício, o faturamento<sup>2</sup> volta para os cooperados em forma de sobras. A região em que este cooperado está inserida é beneficiada, visto que há uma maior circulação de montante monetário. Este montante promove maior movimentação de bens e eleva o consumo, que por consequência gera maior demanda por mercadorias pressionando a criação de empregos, além de aumentar a arrecadação de impostos pelos governos das três esferas (federal, estadual e municipal).

<sup>2</sup> A maioria das cooperativas retira parte de seus lucros para reinvestimentos na própria cooperativa.

**TABELA 2 - Faturamento das Cooperativas em R\$ Bilhões**

| Ano   | Faturamento (R\$ bilhões) | % Participação | % Acumulado | % Variação |
|-------|---------------------------|----------------|-------------|------------|
| 2002  | 41,40                     | 11,39          |             |            |
| 2003  | 55,78                     | 15,35          | 11,39       | 0,00       |
| 2004  | 64,98                     | 17,89          | 26,75       | 34,73      |
| 2005  | 60,94                     | 16,77          | 44,63       | 16,49      |
| 2006  | 68,02                     | 18,72          | 61,41       | -6,22      |
| 2007  | 72,20                     | 19,87          | 80,13       | 11,62      |
| Total | 363,32                    | 100,00         | 100,00      | 6,15       |

FONTE- OCB (2009)

Conforme OCB (2009), o cooperativismo está presente em 1.751 municípios de todos os estados do Brasil. De acordo com a Tabela 3, nota-se o total de cooperativas no ano de 2007 é bastante expressivo, sendo 7.682 unidades espalhadas entre as 27 unidades federativas. Dentre os ramos de atividade entre as cooperativas, a atividade ligada ao ramo de trabalho é que mais se destaca com 1.826 unidades. As cooperativas de crédito destacam-se no tocante ao número de cooperados, com 2.851.426 no ano de 2007. Porém, o ramo de atividade que mais emprega formalmente é o ramo ligado à agropecuária com 139.608 empregos.

O número de cooperados é bem expressivo. Em 2007 no Brasil existiam 7.687.568 cooperados espalhados nos 13 ramos cooperativistas. E, estima-se que 25 milhões de brasileiros estão ligados a essas cooperativas. Conforme informações da OCB, em 1995, eram 3,5 milhões de brasileiros, ligados ao cooperativismo, dobrando 12 anos depois.

Segundo OCB (2009) o faturamento dessas firmas ultrapassou R\$ 72 bilhões. Os 13 ramos de atividade juntos foram responsáveis por 6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, somando R\$ 126 bilhões. Destaca-se que desta quantia, R\$ 60 bilhões foram proporcionados pelo ramo agropecuário. Assim, em 2007 esse ramo foi responsável por 2,85% do PIB brasileiro e 47,45% do PIB das cooperativas do Brasil.

Esses agentes do sistema cooperativo, sendo cooperados, recebem incentivos em forma de assistência técnica e formação cooperativista. Ao receberem assistência técnica, desenvolvem competências e habilidades que melhoram sua contribuição na sociedade. Em relação à formação cooperativista, esta, inúmeras vezes, insere o cooperado como indivíduo na sociedade, dando-lhe muitas vezes, oportunidade de trabalho e geração de renda, melhorando seus conhecimentos ou aprimorando-os. Além de muitas vezes, o inserir em uma rede de contatos com outros cooperados.

**TABELA 3 – Cooperativas, Cooperados e Funcionários por ramos de atividade em 2007**

| Ramo de Atividade | Cooperativas | Cooperados       | Funcionários   |
|-------------------|--------------|------------------|----------------|
| Agropecuário      | 1.554        | 879.649          | 139.608        |
| Consumo           | 141          | 2.468.293        | 8.984          |
| Crédito           | 1.148        | 2.851.426        | 37.266         |
| Educacional       | 337          | 62.152           | 2.913          |
| Especial          | 12           | 385              | 13             |
| Habitacional      | 381          | 98.599           | 1.258          |
| Infraestrutura    | 147          | 627.523          | 5.867          |
| Mineral           | 40           | 17.402           | 77             |
| Produção          | 208          | 11.553           | 1.427          |
| Saúde             | 919          | 245.820          | 41.464         |
| Trabalho          | 1.826        | 335.286          | 6.682          |
| Transporte        | 945          | 88.386           | 5.363          |
| Turismo e Lazer   | 24           | 1.094            | 39             |
| <b>Total</b>      | <b>7.682</b> | <b>7.687.568</b> | <b>250.961</b> |

Fonte: OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

Igualmente, como as importâncias do cooperado dentro da comunidade local têm-se os empregos diretos ofertados pelas cooperativas, que em 2007 no total nos Estados brasileiros correspondeu a 250.961 postos de trabalho. Os atores do contexto cooperativista se integram à sociedade, e distribuem os frutos da cooperação em forma de desenvolvimento local, captando as potencialidades da região em que vivem e as transformando coletivamente em resultados. Há de se comentar também, sobre os indivíduos ligados indiretamente ao cooperativismo. Ao prestarem serviços às cooperativas ou tendo algum grau de parentesco com cooperados ou funcionários, o número de pessoas ligadas indiretamente ao cooperativismo aumenta ainda mais.

Todas as relações entre os demais integrantes se forem respeitados os princípios cooperativistas, contribuem para a construção de organizações de gestão de base atuantes, de atores sociais e de sociedade civil saudável. Isso faz avançar o capital social, beneficiando a localidade em que está inserida a cooperativa. Facilita aos grupos e indivíduos, formas recíprocas de ajuda e de cooperação, que permite à determinada comunidade ter chances de competitividade e de sobrevivência no mercado, gerando oportunidades, capacidades e potencialidades nos diversos atores da sociedade.

A constituição das cooperativas por vezes leva em consideração a heterogeneidade entre as regiões no território brasileiro. A região norte do país, pelo contexto territorial de atividades ligadas ao extrativismo tem potencialidades a desenvolver práticas cooperativas (ligadas ao ramo de produção, consumo) que possibilitam melhor desempenho à

produção, escoamento e preços, dado a negociação conjunta. O centro oeste devido à demanda do povoamento nas últimas décadas teve estímulo ao surgimento de cooperativas agrícolas e urbanas, mas, também, cooperativas habitacionais que propiciaram o desenvolvimento regional. A estas duas regiões percebe-se o salto qualitativo para o aproveitamento das potencialidades destas localidades (SILVA *et al.* 2003).

Schneider (2004) diz que o cooperativismo muito tem a contribuir para o desenvolvimento integral, humano e sustentável. Os sócios de uma cooperativa são membros ativos daquela comunidade, nela têm inserido suas raízes. Em relação às sobras do exercício, os associados priorizam também a reaplicação da maior parte dos excedentes gerados pela cooperativa dentro do próprio município ou da Região. As cooperativas são importantes para acréscimo da renda dos associados, comparativamente a pessoas não associadas. Por exemplo, os associados de todas as cooperativas brasileiras representam apenas 3,02% da população brasileira, mas são responsáveis por 6% do Produto Interno Bruto do País.

Em relação ao número de cooperativas, este, vem expandindo-se. Como apresenta a Tabela 4, ressalta-se que no período de 1995 a 2007, há um incremento de 4.509 cooperativas, respondendo por 65% de aumento no número total de cooperativas. Alguns Estados tiveram um incremento substancial, é o caso do Estado São Paulo com um adicional no período de 820 cooperativas, Rio Grande do Sul com 802 cooperativas, e Minas Gerais com 744 cooperativas. Mesmo olhando os Estados que menor incremento de cooperativas tiveram no período de 1995 a 2007, nota-se que existia em 1995 um número pequeno destes estabelecimentos é o caso do Estado de Roraima com apenas duas cooperativas em 1995 e passando a ter onze estabelecimentos cooperativos em 2007, Amapá possuía três estabelecimentos em 1995 e passou a oito estabelecimentos em 2007.

Relaciona-se o número de cooperativas com número de empregos gerados por ela. No geral, houve um incremento de 100.500 empregos, no período. Detalha-se que o Estado que mais incremento apresentou no período, foi o Estado do Paraná com 19.132 empregos, seguido de São Paulo com 16.267 empregos e Rio Grande do Sul com 13.181 postos de trabalho.

No entanto, os Estados que menor tiveram incremento no número de empregos gerados diretamente por cooperativas, foi o Maranhão com redução de 32 postos de trabalho, seguido do Estado do Sergipe que contribui com apenas 182 empregos diretos e Roraima (237).

TABELA 4 – Número de Cooperativas e empregos formais nos anos de 1995 e 2007

| Estados             | Cooperativas |               |              | Empregos   |                |                |
|---------------------|--------------|---------------|--------------|------------|----------------|----------------|
|                     | 1995         | 2007          | Diferença    | 1995       | 2007           | Diferença      |
| Rio Grande do Sul   | 1.293        | 2.095         | 802          | 28.385     | 41.556         | 13.181         |
| Minas Gerais        | 1.148        | 1.892         | 744          | 19.343     | 29.297         | 9.954          |
| São Paulo           | 1.032        | 1.852         | 820          | 28.029     | 44.296         | 16.267         |
| Paraná              | 924          | 1.443         | 519          | 32.345     | 51.477         | 19.132         |
| Santa Catarina      | 572          | 921           | 349          | 12.319     | 23.941         | 11.622         |
| Rio de Janeiro      | 343          | 560           | 217          | 5.919      | 9.739          | 3.820          |
| Goiás               | 262          | 393           | 131          | 5.513      | 7.964          | 2.451          |
| Bahia               | 223          | 332           | 109          | 2.494      | 3.132          | 638            |
| Espírito Santo      | 181          | 198           | 17           | 2.724      | 4.604          | 1.880          |
| Mato Grosso         | 138          | 340           | 202          | 2.133      | 5.717          | 3.584          |
| Ceará               | 121          | 174           | 53           | 1.598      | 4.460          | 2.862          |
| Pernambuco          | 108          | 163           | 55           | 879        | 3.038          | 2.159          |
| Distrito Federal    | 106          | 125           | 19           | 1.674      | 2.193          | 519            |
| Mato Grosso do Sul  | 99           | 180           | 81           | 1.447      | 3.562          | 2.115          |
| Rio Grande do Norte | 57           | 93            | 36           | 835        | 1.657          | 822            |
| Paraíba             | 52           | 76            | 24           | 506        | 2.303          | 1.797          |
| Pará                | 40           | 128           | 88           | 787        | 2.192          | 1.405          |
| Piauí               | 39           | 62            | 23           | 411        | 693            | 282            |
| Rondônia            | 38           | 98            | 60           | 191        | 1.787          | 1.596          |
| Alagoas             | 32           | 53            | 21           | 1.092      | 2.935          | 1.843          |
| Sergipe             | 29           | 64            | 35           | 363        | 545            | 182            |
| Maranhão            | 29           | 46            | 17           | 549        | 517            | -32            |
| Tocantins           | 19           | 49            | 30           | 393        | 897            | 504            |
| Amazonas            | 15           | 57            | 42           | 366        | 1.472          | 1.106          |
| Acre                | 4            | 20            | 16           | 86         | 385            | 299            |
| Amapá               | 3            | 8             | 5            | 50         | 354            | 304            |
| Roraima             | 2            | 11            | 9            | 39         | 276            | 237            |
| Ignorado            | 5            | 0             | -5           | 29         | 0              | -29            |
| <b>Total</b>        | <b>6.914</b> | <b>11.433</b> | <b>4.519</b> | <b>499</b> | <b>250.999</b> | <b>100.500</b> |

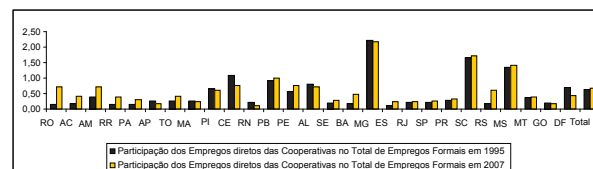
FONTE: RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)

Ressalta-se a importância das cooperativas na promoção e geração de empregos, entre as Unidades Federativas brasileiras, visto que ao possibilitarem estas vagas, condicionam seus trabalhadores, treinando-os e remunerando-os. Essa remuneração eleva o consumo, que pede ampliação da produção e para essa aumentar, há necessidade de promover investimentos e capital humano. Essa visão alimenta o processo econômico, que continuado, alavanca indicadores socioeconômicos, chegando ao desenvolvimento regional.

Identificando o total de empregos diretos gerados pelas cooperativas, pode-se ver a participação do mesmo dentro do total de emprego formal de cada Estado Brasileiro, de acordo com o Gráfico 1. Excetuando os Estados de Amapá, Alagoas, Ceará, Maranhão, Piauí e o Distrito Federal, todos os demais mostraram crescimento no número

de empregos gerados pelas cooperativas, no total de emprego formal de cada Estado. Ressaltando, que os Estados que tiveram maior aumento neste item, foram Rondônia com 0,57%, e Rio Grande do Sul atingiu 0,42% e Bahia chegou a 0,32%.

GRÁFICO 1 - Participação dos Empregos Diretos gerados pelas Cooperativas no total do Emprego Formal nos anos de 1995 e 2007

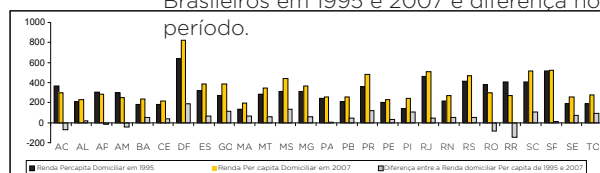


FONTE: Resultados da Pesquisa



Dada a movimentação dos atores sociais no mercado de trabalho, observa-se que o total de empregos gerados pelas cooperativas influencia a renda domiciliar *per capita* no período. Fazendo uma conexão com o total de incremento de postos de trabalho gerados pelas cooperativas no período analisado, com a diferença da renda domiciliar *per capita* do mesmo período, pode-se observar a seguinte situação: nos Estados de Roraima, Acre, Rondônia, Amazonas e Amapá que apresentam menor incremento no total de empregos gerados pelas cooperativas, também ocorreu queda da renda domiciliar *per capita*. Já nos Estados em que o volume de empregos diretos gerados pelas cooperativas foi maior, como é o caso do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais houve um incremento na renda domiciliar *per capita*.

GRÁFICO 2 - Renda domiciliar *Per Capita* por Estados Brasileiros em 1995 e 2007 e diferença no período.



FONTE: Dados compilados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA Data e Resultados da Pesquisa.

Entretanto, o Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Goiás, os aumentos da renda domiciliar *per capita* foram satisfatórios, a diferença observada no número de empregos gerados pelas cooperativas no período, não foi na mesma proporção em relação a renda.

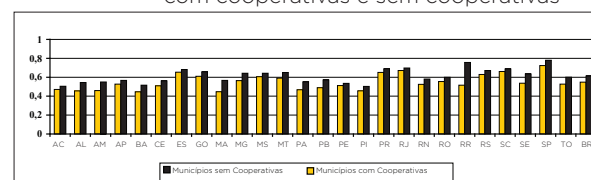
O aumento na renda domiciliar *per capita* ajuda na redução da pobreza e inserção do indivíduo na sociedade. A cooperativa ajuda neste contexto. Ilha (2008) em seu artigo trabalha a questão do capital social e o cooperativismo no desenvolvimento regional, ressaltando não só o papel social das cooperativas, mas seu papel econômico na sociedade. No tocante ao aspecto social, reflete a valorização do trabalho, buscando no coletivo, vantagens individuais, incrementando também o capital social.

A saber, se as cooperativas influenciam os indicadores de qualidade de vida, usa-se para este estudo um indicador de desenvolvimento, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)<sup>3</sup>, que mede o grau de desenvolvimento dos municípios brasileiros, através de uma média simples de fatores, como renda e emprego, educação e saúde. O índice refere-se ao ano-base de 2005, sendo o indicador socioeconômico mais atual.

Como métodos foram separados todos os municípios por Estado que possuíam uma ou mais cooperativas de acordo com o total de estabelecimentos fornecido pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, dos municípios sem a presença deste empreendimento. Após, foram elaborados dois valores médios dos IFDM, um com municípios com cooperativas e outro com municípios sem cooperativas, para cada Estado brasileiro. Em todos os Estados brasileiros, a média do IFDM foi maior nos municípios com cooperativas, que pode ser visualizado no Gráfico 3.

Estes resultados levam a constatar que no Brasil os municípios com cooperativas têm IFDM médio de 0,6132 e municípios sem cooperativas o IFDM médio é de 0,5485.

GRÁFICO 3 - Municípios por estados no ano de 2000 com cooperativas e sem cooperativas



FONTE: Resultados da Pesquisa

As análises estatísticas, obtidas de acordo com o teste t, mostram que as diferenças entre as médias dos municípios, significativas a um nível de 99% em que, o IFDM nos municípios com cooperativas correlaciona-se positivamente, sendo que a diferença média entre os municípios com e sem cooperativas é verdadeira.

Esse desempenho é a imagem do investimento nos indivíduos, com ações educativas, promovidas pelo sistema cooperativista. Associados, os indivíduos são capazes de fazer as coisas acontecerem de uma forma mais equitativa, tanto no acesso, quanto na distribuição dos recursos (BRASIL, 2006).

Com o cooperativismo há o fortalecimento da organização social das comunidades, considerado como a capacidade de associar para obter ganhos individuais e coletivos, tendo como fontes principais a confiança, o associativismo, a cooperação, a ação coletiva e a reciprocidade de favores. A inserção do capital social capacita as pessoas a realizarem determinados projetos, que sozinhas não conseguiriam, condicionando-

<sup>3</sup> Varia entre 0 e 1, sendo quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento da localidade, e quanto mais próximo de 0, menor o nível de desenvolvimento. O IFDM é calculado pela FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro junto a Assessoria de Pesquisas Econômicas.

as à mobilização dos fatores produtivos, num processo de autogestão. Assim a sustentabilidade econômica e social contribui para a satisfação de vida dos associados (MOREIRA; MAYORGA; KHAN, 2008).

Em suma, considera-se que as cooperativas indicam de certa forma uma contribuição para o desenvolvimento regional dos Estados brasileiros pelo menos no tocante quantitativo. No âmbito da teoria do desenvolvimento endógeno as cooperativas são alocadoras de recursos, capazes de fomentar o desenvolvimento das potencialidades da região, em que está inserida. Assim, no período em questão, sua contribuição em relação aos agentes locais foi representativa, visto a movimentação dos postos de trabalho assim gerados e consequente aumento da renda *per capita* nos Estados citados. Enfim, no desenvolvimento socioeconômico a presença das cooperativas fortalece o vínculo do indivíduo com a sociedade, visto a atuação desta, direta e indiretamente a promover o bem-estar.

## 4 Considerações Finais

O objetivo principal deste trabalho foi analisar a contribuição das cooperativas nos Estados Brasileiros, visto o impacto de suas atividades em relação ao PIB, faturamento e comparações com IFDM. Conforme visto, o desenvolvimento econômico de uma região consiste na elevação de indicadores socioeconômicos mediante a qualidade de vida da localidade. Propositamente, a teoria do desenvolvimento endógeno trata a questão do indivíduo inserido junto à sociedade, aumentando o capital social que visa ações coordenadas em prol de um objetivo comum, como peça fundamental a ocorrência do desenvolvimento local.

As cooperativas, inseridas neste contexto, ajudam na alocação desses indivíduos como atores do processo de desenvolvimento, ora como cooperados fomentando a eles cursos de qualificação, que são usados junto à sociedade. De outra maneira, as cooperativas geram como empresas empregos, que contribuem na geração de renda e inserção de pessoas na sociedade. Desta forma, o capital social fomenta ações de desenvolvimento econômico, pois pode ser gerador de aprendizagem coletiva, importantes para o dinamismo econômico.

A metodologia abordada consistiu a mostrar os efeitos teóricos acima citados e a abordar estatisticamente a composição das cooperativas em ramos, empregos e sua relação com a renda e a

em média, municípios com pelo menos uma cooperativa, possuem condições socioeconômicas melhores que municípios sem a presença das mesmas, de acordo com IFDM apresentado.

confirmação de que em média, municípios com pelo menos uma cooperativa, possuem condições socioeconômicas melhores que municípios sem a presença das mesmas, de acordo com IFDM apresentado.

No tocante ao número de empregos gerados no período de 1995 a 2007 houve um incremento de 4.509 cooperativas e 100.500 empregos diretos o que ocasionou em alguns Estados como o Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal aumentos satisfatórios da renda domiciliar *per capita*. E no Brasil, como visto, a média de IFDM dos Estados foi maior nos municípios com cooperativas tendo IFDM médio de 0,6132 e municípios sem cooperativas IFDM de 0,5485.

O ramo agropecuário responde por 20% do total de cooperativas registradas. Entre 2002 e 2007 o PIB do cooperativismo brasileiro apresentou um crescimento na mesma taxa do PIB do Brasil. O faturamento do cooperativismo foi crescente em quase todo o período estudado, acompanhando o crescimento do PIB. A região Sul deteve a maior parcela da receita do cooperativismo brasileiro. Na segunda posição ficou a região Sudeste, ainda que a maior parte das cooperativas esteja localizada nessa região.

Essa movimentação, busca a potencialidade local atrelada ao bem-estar, na teoria de desenvolvimento endógeno. O cooperativismo fomenta ações ligadas à capacitação de seus cooperados e com o incremento da comunidade local, movimenta-se em direção ao capital social, que aumentado, fornece maiores capacitações aos atrativos locais, aumentando o produto local e diminuindo as desigualdades sociais.

O cooperativismo comprova seus impactos positivos, enquanto sociedade eficiente, como gerador de empregos e eficaz no foco social. As

As cooperativas surgem com o intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas que passaram pelo trauma de viver a experiência da exclusão social e econômica.

cooperativas surgem com o intuito de melhorar a qualidade de vida das pessoas que passaram pelo trauma de viver a experiência da exclusão social e econômica. Desta forma, fica evidente que há probabilidade para vislumbrar o desenvolvimento socioeconômico em que manifeste não somente a questão econômica, mas a social, educacional, cultural e humana.

Acredita-se que existem muitas possibilidades de gerar políticas públicas baseadas nos princípios cooperativistas, todavia, isso depende da constituição de parcerias entre as diversas esferas do Poder Público, as Instituições de Ensino e demais entidades. São as atuações coletivas que dinamizam as mudanças imprescindíveis, para a construção de planos locais que podem encadear ao desenvolvimento regional.

Considerando a necessidade de contribuições de estudos baseados na discussão crítica sobre as modalidades de cooperativas existentes e a escolha de uma região para a constatação da contribuição das mesmas, julga-se fundamental a realização de futuras pesquisas. Estas proporcio-

narão o aperfeiçoamento e avaliação constante da abordagem. Nesse sentido, a conduta das futuras pesquisas poderia, entre outros, ter como objetivos:

- a) desenvolver estudos que apontem para as diferentes modalidades de cooperativas adotadas numa sociedade que representem a segmentação da atividade econômica que regem o enquadramento das vocações sociais cooperativas, constantes nos estatutos sociais, tendo a ver com as necessidades de todo o conjunto comunitário; e
- b) identificar o grau de sucesso de uma região que seja imbuída pelo espírito cooperativista e que se possa constatar o nível de contribuição das cooperativas em nível regional.

• Recebido em: 01/12/2010  
• Aprovado em: 29/03/2011

- BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e parorretoticipação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, p. 119-138, jan./mar. 2007.
- BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, P. R. (org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989. p. 589-689.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil: Denacoop em ação**. Brasília: MAPA, 2006. 123 p. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun.2009.
- IFDM. Disponível em: < <http://ifdm.firjan.org.br/IFDMEstados.html>>. Acesso em: 10 jun. 2009.
- ILHA, P. C. da S. A cooperativa como elemento de capital social da comunidade. Curitiba, **Revista da FAE**, v. 11, n. 2, p. 25-34, jul./dez. 2008.
- IPEADATA. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- LIMA, J. C. O Trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 45-56, out. 2004. Disponível em: <<http://www.fundacaofia.com.br/pensa/pdf/papers/Zylbersztajn%20Cooperativas%201994.pdf>>. Acesso em 01 abr. 2009.
- MONTALDI, M. S. et al. Cooperativismo é economia social: fortalecendo a identidade cooperativa, O Brasil cooperativo mostra seu valor: benefícios socioeconômicos gerados para a sociedade. In: SEMINÁRIO TENDÊNCIAS DO COOPERATIVISMO CONTEMPORÂNEO, 3., 2004, Cuiabá, MT. **III Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo**. Cuiabá, 2004.
- MOREIRA, J. C. P.; MAYORGA, R. D.; KHAN, A.S. Capital social como fator de sustentabilidade das cooperativas agroindustriais, estudo de caso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Branco, AC. **Amazônia**, mudanças globais e agronegócio: o desenvolvimento em questão. Brasília, DF: SOBER. v. 1, p. 1-18, 2008.
- OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Dados sobre cooperativismo**. Disponível em: < [www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br)>. Acesso em: 25 mar. 2009.
- OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Números do cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/ramos/estatisticas.asp>>. Acesso em: 25 set. 2008.
- OLIVEIRA, B. A. M.; DELGADO, N. G.; OLIVEIRA, M. L. S. Apontamentos acerca do cooperativismo popular. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PESQUISADORES DE COOPERATIVISMO, 5., 2008, Ribeirão Preto, SP. **Anais do V Encontro Latino-Americano de Pesquisadores de Cooperativismo**. São Paulo, 2008.
- OLIVEIRA, M. F. M. de. Desequilíbrios regionais no Brasil: uma breve discussão conceitual e a importância dos "incentivos". **Revista de Economia Política e História Econômica**, São Paulo, n. 08, p. 85-107, jul. 2007.
- RAIS. Disponível em: <[www.http://sgt.caged.gov.br/xolapw.dll/fsmMain](http://www.http://sgt.caged.gov.br/xolapw.dll/fsmMain)>. Acesso em 03 abr. 2009.
- SCHNEIDER, J. O. Globalização: desenvolvimento local sustentável e cooperativismo. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DOS PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO, 3., São Leopoldo, RS, 2004. **Anais do III Encontro Latino-Americano dos Pesquisadores em Cooperativismo**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004. Disponível em: < <http://www.neticoop.org.uy/IMG/pdf/dc0380.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2009.
- SILVA, E. S. et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Revue uniRcoop**, Quebec, Canadá, v. 1, n. 2, p. 75-102, nov. 2003.
- SILVA, L. X. ; HOLZ, V. R. O cooperativismo e seu comportamento diante do capitalismo atual: aspectos teóricos e evidências empíricas. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 5., 2008. Ribeirão Preto, SP. **V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo**. Ribeirão Preto, 2008. v. 1. p. 1-20.
- SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **SciELO Brasil, Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 1-13, maio/ago. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001)>. Acesso em 01 abr. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOUZA FILHO, J. R. de. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/desenvolvreg.html>>. Acesso 06 maio 2009.
- VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.
- ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 29, n. 3 p. 23-32, jul./set. 1994. Disponível em: <[www.rausp.usp.br/download.asp?file=2903023.pdf](http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=2903023.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2009.